

Entreletras

Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT – nº 3 – 2011-2

ISSN 2179-3948

O SISTEMA DE MECENATO E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE A OBRA**TRADUZIDA****THE PATRONAGE SYSTEM AND ITS INFLUENCE ON THE PRODUCED WORK**

Sandra Keli F.V. dos Santos***Resumo**

O presente artigo visa traçar alguns aspectos sobre o papel do mecenato na publicação de obras traduzidas em diferentes épocas e contextos, incluindo um período no Brasil, em que a tradução ocupou uma posição importante no meio literário. Busca-se então, estimular uma reflexão sobre como o mecenato atua na introdução de obras traduzidas em sistemas literários distintos, atendendo não somente às exigências da cultura receptora, mas à instituições e autoridades com interesses econômicos e políticos.

Palavras-chave: tradução; mecenato; manipulação

Abstract

The present article aims to outline some aspects of the patronage role in the translated literature publishing in different times and contexts, including a period in Brazil, when translation occupied an important position in the literary field. Besides that, it searches to stimulate a reflection about how the patronage acts on the insertion of translated literature in distinct literary systems, meeting not solely the demands of the target culture, but of the institutions and authorities with economic and political interests.

Keywords: translation; patronage; manipulation

A literatura faz parte de um sistema que constitui uma complexa rede chamada cultura. Este sistema é regulado por elementos inerentes ou externos a ele. Em outras palavras, a literatura sofre interferência ou influência daqueles que estão ligados diretamente ao sistema literário, como escritores, tradutores, críticos, professores e editores, como também de poderes que atuam paralelamente sobre estes indivíduos, de acordo com os seus interesses. Segundo Lefevere, esses poderes podem ser representados por um político, um líder religioso, uma classe social, organizações religiosas, assim como meios de comunicação, que exercem uma influência significativa não somente na divulgação de obras, mas na formação de opinião de leitores. (LEFEVERE, 2007, p.35).

O nome atribuído por Lefevere a esse poder que controla e define o sistema literário de uma determinada cultura é chamado de mecenato¹. O mecenato, segundo o estudioso, baseia-se em três elementos, o ideológico, o econômico e o status que interagem dentro do

* Mestranda em Estudos da tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail –skeli_8@hotmail.com

¹ O termo mecenato deriva do nome Caio Mecenaz (68 a.C.-8 a.C), um influente conselheiro do imperador romano Otávio Augusto, que formou um círculo de intelectuais e poetas sustentando sua produção artística.

sistema de formas diferentes. O primeiro elemento denominado ideológico se refere às normas e convenções estabelecidas por um grupo, que não se limita necessariamente à esfera política. O econômico é o que permite que escritores e reescritores ganhem a vida com seus trabalhos, seja pelo recebimento de salários ou de direitos autorais. E o último, que pode não interessar à maioria, o status, que implica para o escritor estar posicionado entre os cânones, frequentar as rodas literárias de prestígio, enfim, assumir hábitos de vida compartilhados por uma elite literária (LEFEVERE, 2007, p.35).

Lefevere divide ainda o mecenato em diferenciado e indiferenciado. No segundo caso, todos os elementos citados acima são definidos por um mesmo mecenas. É o que predominava nos sistemas literários do passado, governados por cortes, em que o escritor recebia para escrever o que a elas interessavam. Uma amostra de como o indiferenciado se caracteriza pode ser encontrado no Renascimento, no século XII, na Sicília, quando ocorreu a propagação das filosofias gregas estimulada em parte pelo desejo de alguns mecenas. Na corte de Guilherme, no período entre 1154 e 1166, houve tradutores que se destacaram. Entre eles estiveram Emir Eugênio, um filósofo grego, que dominava o árabe e o latim e Henrique Aristipono, tradutor do árabe. Este último, aproveitando-se da sua aproximação com o rei e consequentemente com a embaixada real, teve acesso a manuscritos gregos, onde por exemplo, encontrava-se a importante obra astronômica *O Almagesto*, de Ptolomeu. A tradução desta obra foi auxiliada por Emir Eugênio, considerando que Aristipo não possuía conhecimento suficiente para realizá-la sozinho. Emir, posteriormente foi nomeado para um cargo administrativo por Guilherme II e deu continuidade a sua atividade como tradutor. Seu trabalho mais conhecido foi a tradução da *Óptica* de Ptolomeu para o latim (JAMISON, 1957). Observa-se, que havia uma proximidade bastante significativa destes tradutores com o poder soberano, que em algumas situações facilitavam a realização de seus trabalhos.

Essa submissão e aproximação do tradutor a um poder é citado por Susan Bassnett quando descreve algumas das tarefas delegadas ao tradutor em diferentes épocas. Um dos períodos mencionados se refere ao surgimento do Protestantismo na Europa no século XVI e à reescritura da Bíblia em diferentes versões. Segundo Bassnett as funções do tradutor, nesta época eram basicamente o de retificar erros de versões anteriores, reescrever em um estilo vernáculo compreensível, além de esclarecer questões dogmáticas que pudessem dificultar o entendimento dos leigos. O texto, portanto, deveria ser inteligível e conter uma mensagem precisa (BASSNETT, 2003, p.89). Deste modo, a cada versão da Bíblia havia a preocupação em esclarecer todos os pontos obscuros que pudessem causar uma interpretação errônea. O

tradutor deveria ater-se ao conteúdo lingüístico e ao mesmo tempo exercer uma função doutrinária. Embora houvesse a valorização do texto original, o estilo da tradução deveria manter-se próxima ao estatuto das línguas vernáculas. Martinho Lutero² um dos principais tradutores da Bíblia para o alemão, costumava aconselhar os futuros tradutores do Novo Testamento a conciliar o sentido do texto fonte à tradição vernácula. Não interessava, portanto, uma tradução palavra por palavra, mas sentido por sentido, desde que as características da língua de chegada fossem mantidas (BASSNETT, 2003, p.90).

Outra amostra da condição vulnerável e de submissão do tradutor no XVI, colocada por Bassnet, é do humanista francês de Etienne Dolet³ que foi executado por ter traduzido um dos Diálogos de Platão de forma “não adequada” às exigências políticas e religiosas da época. Alguns anos antes da sua morte, Dolet havia publicado os cinco princípios básicos para um tradutor, em que de uma maneira geral, correspondia à forma como os tradutores conduziam as suas traduções. A compreensão da língua e do texto de partida, segundo ele, era fundamental, mas a clareza do texto de chegada correspondia ao objetivo principal (BASSNET, 2003, p.97).

Percebe-se que nesse período os tradutores, na maior parte anônimos, respondiam às exigências impostas ao seu ofício. Era o que poderia ser chamado de “tradutores escravos”, sem direito a questionar e que em situações mais extremas, poderiam perder a vida pelo uso de palavras indevidas em seus textos. A tradução nessa época era um assunto de Estado e de religião.

Lefevere cita o exemplo de Santo Agostinho como um doutrinário da reescritura na literatura ocidental. Ao ser questionado sobre partes da Bíblia que não correspondiam aos ensinamentos da Jovem Igreja Cristã, recomendou que fossem feitas as devidas mudanças, até que elas atinssem uma interpretação fiel a sua corrente de pensamento. Agostinho ocupava uma posição elevada e tinha que se submeter à ideologia do poder vigente e combater as ideologias rivais. (LEFEVERE, 2007, p.21).

Neste tipo de mecenato indiferenciado, também se encaixam os governos totalitários, onde o tradutor passa a estar vinculado não a uma corte mas a um grupo que mantém posição semelhante. A literatura, neste sistema, fica restrita à vontade dos detentores do poder, ou no

² Martinho Lutero é considerado o mais importante tradutor da Bíblia para o alemão. Traduziu o Novo Testamento em 1521 e O Antigo em 1534.

³ Dolet foi um dos pioneiros na formulação de uma teoria da tradução.

caso de publicação de obras com conteúdo oposicionista, poderão ser rotuladas de “baixa literatura” ou ter a sua divulgação dificultada ou proibida.

Segundo o pesquisador e poeta polonês Henryk Siewierski, durante o domínio Stalinista na Polônia, o POUP (Partido Operário Unificado Polonês) ditava as diretrizes para a política cultural, cuja a meta era subjugar toda a atividade artística a fins políticos, como uma forma de divulgação da propaganda partidária. O Estado era o único mecenas nesse sistema e estimulava a produção de obras e autores por meio de prêmios e bolsas. Tais incentivos carregavam intenções de “controle” e de submissão, pois desta forma os autores dos trabalhos eram mantidos sob vigilância, além de permanecerem “simpáticos” ao governo. Poucos escritores neste período, exerceram uma atividade não vinculada ao regime da época. No final da Segunda Guerra, os que optaram por emigrar, ou fugir, reuniram-se em centros culturais Europeus e continuaram a escrever, mas desenvolveram um sistema literário diferente, com regras próprias. As revistas *Kultura*, editada em polonês, publicada em Paris e a *Wiadomosci* em Londres possuíam um conteúdo oposicionista ao regime vigente na Polônia (SIEWIERSKI, 2000).

Desta forma, havia dois sistemas literários do mesmo idioma em funcionamento em diferentes contextos, cada qual adequado às propostas, exigências e aceitações do sistema receptor. Dentro da Polônia circulava o que correspondia às ideias políticas do governo e, fora do país os escritores contrários ao regime gozavam de liberdade para expressar as suas ideias oposicionistas.

Para manter o sistema sob controle os escritores recebiam prêmios, a mídia divulgava seus trabalhos e lhes eram concedidos luxos e regalias, além de boa remuneração e lucros nas vendas dos livros. Nunca escritores e reescritores haviam gozado de tanta notoriedade. Os próprios escritores Jorge Amado e Pablo Neruda foram premiados em recepções em castelos na Tchecoslováquia.(GATTAI, 1987). O apoio oferecido a escritores renomados era uma forma de legitimar o governo comunista. Grandes nomes ligados à ideologia do poder, serviam de exemplo aos cidadãos comuns.

Tais episódios e atitudes representam um exemplo clássico do mecenato indiferenciado proposto por Lefevere onde o ideológico, o econômico e o *Status* são proporcionados por uma mesma fonte. De fato, este status garantia a esses escritores a permanência no sistema literário, além é claro, do seu sustento. Entre alguns intelectuais estar do lado do poder entretanto, era ser antipatriota, principalmente aceitando a patronagem, o

que resultou na fuga de alguns deles para exercerem a sua liberdade literária e ideológica em outro país.

Constata-se então que houve uma forte interferência política na literatura da Polônia durante quase 30 anos e as editoras estiveram subjugadas aos interesses do Partido do Comunista, obviamente por uma questão de sobrevivência. Assim, os interesses dos escritores, editores e do Partido Político do poder, faziam parte de uma corrente, onde todos se apoiavam mutuamente, atendendo as suas próprias necessidades. Importante observar que entre os escritores, houve aqueles que assumiram suas posições ideológicas de forma tão veemente a ponto de renunciarem à possibilidade de projeção no seu país de origem, em troca da recompensa de terem as suas ideias registradas e difundidas.

Ao contrário deste tipo de mecenato, presente em grande parte da História literária polonesa, no diferenciado, como propõe Lefevere, a propagação de uma obra pode não estar diretamente ligado a fatores ideológicos. E cita os autores de best-sellers contemporâneos como ilustração deste fato. Os temas que grande parte das vezes fazem parte das obras de escritores bem sucedidos, não são definidos ou apoiados pelos mecenas, a princípio, mas ao refletirem em resultados econômicos positivos, passam a ser apoiados economicamente e por meios publicitários (LEFEVERE, 2007, p.37).

Venuti, por sua vez, relata que na década de 1970, a tendência em investir em best-sellers direcionou a atenção das editoras para os textos estrangeiros que obtiveram sucesso de vendas em suas línguas originais. Havia esperança de que repetiriam o mesmo resultado em suas traduções e em grande parte das vezes conseguiram (VENUTI, 2002, p.235). Um dos exemplos citados por Venuti foi o do escritor italiano Giovanni Guareschi, autor de best sellers, cujo tema recorrente era o anticomunismo. Seus livros foram traduzidos em várias línguas e foi um sucesso de vendas na maioria dos países em que foi publicado. Além da notoriedade que alcançou em outros países, a crítica ao comunismo representou um fator importante no interesse na publicação de sua obra. Durante vinte anos, entre a década de 1950 e 1970 os livros de Guareschi foram publicados, resultando em enorme sucesso nos Estados Unidos. O primeiro livro *The little World of Don Camillo* (*O pequeno mundo de Don Camillo*) em 1950, coincidiu com a participação americana na Guerra da Coreia, temendo a intervenção da China Comunista. A fim de atender às necessidades de diferentes ambientes políticos e culturais, a obra foi adaptada aos moldes americanos e britânicos. Sofreu cortes

consideráveis em números de páginas, além de receber um prefácio autobiográfico⁴ de Guarechi, onde o autor deixa claro a sua oposição ao comunismo por recomendação da editora.

Percebe-se então, que o mecenato, em muitas situações, influencia na forma como uma literatura se insere em uma determinada cultura. Além disso, quando se refere ao ato tradutório em si, o mecenato pode interferir diretamente neste processo, estimulando o tradutor a utilizar estratégias que possibilitem a aceitação da obra em uma cultura diferente. No conceito de Lawrence Venuti essas estratégias, incentivadas ou não pelo mecenato, constituem-se de manipulação literária e podem ser retratadas de várias formas. Para Venuti, por exemplo, a manipulação da tradução inclui procedimentos que vão desde a escolha de termos com fins específicos, até a omissão, domesticação e estrangeirização de palavras e expressões. A domesticação se refere ao uso de formas lingüísticas domésticas que têm por objetivo tornar o texto traduzido mais próximo da cultura receptora, ao passo que a estrangeirização pressupõe um texto onde as características da língua e da cultura de origem permaneçam quase que imutáveis, o que muitas vezes pode causar um estranhamento para o leitor (VENUTI, 1995)

As estratégias citadas acima são em muitos casos, encorajadas por editoras e por poderes que estão acima destas instituições, com o objetivo de atender às exigências literárias do momento, ou em outros casos por determinação da censura, que obviamente é imposta por órgãos superiores. Cortes e adaptações realizadas em obras são motivadas por elementos políticos advindos de autoridades, que como já mencionado, são representadas por modelos diversos, que ora tomam cautela com a inserção de literaturas que venham a questionar os ideais do governo vigente, ora se utilizam de obras com objetivos propagandistas. É o que pode ser observado no exemplo citado sobre a obra de Guarechi nos Estados Unidos.

Refletindo-se sobre a tradução no Brasil, mais especificamente nas décadas de 1930, 1940 e 1950, o aumento da publicação de obras traduzidas deveu-se em parte ao incentivo do governo. A escolha e proibição de algumas obras foram apoiadas e fiscalizadas com base na política nacionalista de Getúlio Vargas. Essa política considerava que a nação deveria ter acesso às obras estrangeiras com traduções de qualidade. Tal atitude certamente também estava ligada ao gosto de Getúlio Vargas pela literatura, pois antes de se tornar presidente era assíduo freqüentador de livrarias.

⁴ O prefácio foi escrito em número de páginas bem inferiores ao original, contendo apenas informações básicas sobre o autor.

Em meados da década de 1930, a repressão política se manifestou rigorosamente em todos os setores, incluindo a literatura. Com o crescimento do fascismo em todo o mundo houve a criação da Lei da Segurança Nacional no Brasil, que vigoraria até 1953. De acordo com esta Lei toda propaganda anti governista ou em defesa de guerra seria proibida e editoras que desobedecessem tais princípios seriam fechadas. Entretanto, a polícia se concentrara mais na vigilância de publicação de jornais e revistas por serem meios de veiculação de notícias mais acessíveis à população. Isto não impediu certamente que várias editoras tivessem livros apreendidos e queimados, o que atingiu em maior número livros nacionais. Explica-se, em parte, a razão no número crescente de obras traduzidas neste período e posteriormente. As editoras consideravam mais seguro investir na publicação de traduções do que se arriscarem a ter prejuízo ou as portas fechadas. (WYLER, 2003, p.111).

Em 1937, entretanto, com a instituição do Estado Novo, o critério de censura de obras publicadas se caracterizava desde a crítica política até o uso de palavras obscenas ou eróticas. Desta forma, até livros infantis fizeram parte da lista de obras consideradas subversivas. Um exemplo foram os cortes de palavras e imagens de conotação vulgar e sexual na tradução de *Huckleberry Finn* (*As aventuras de Huckleberry Finn*) por Herberto Sales. Em outro momento, nas *Viagens de Gulliver ao país dos homenzinhos de um palmo de altura* (1937), Monteiro Lobato mudou completamente uma parte da história, onde Gulliver apaga o incêndio do palácio com o chapéu, ao contrário da obra original que relata Gulliver urinando sobre ele. Monteiro Lobato também teve obras destruídas, entre elas, a sua versão de *Peter Pan* de James Barrier, publicada em 1930. A obra foi considerada subversiva por expressar através das falas dos personagens opiniões contrárias à política do governo, como por exemplo, o custo elevado dos impostos e de alguns produtos nacionais. Já Cecília Meireles foi presa por ter traduzido *Tom Sawyer de Mark Twain*, em 1937, por ter sido julgada uma obra com características comunistas. (WYLER, 2003, P.115-116).

A criação de um Clube do livro no Brasil também obteve o apoio do governo e consequentemente a supervisão de obras nacionais e traduzidas. O Clube do Livro⁵ foi fundado em 1943 por Mário Graciotti e inspirou-se no Book-of-the-Month Club, criado em Nova York em 1926, que tinha como objetivo publicar obras com uma linguagem bem acessível e que tratasse de assuntos interessantes para o gosto popular. No Brasil, a intenção

⁵ Para maiores detalhes ver a *História do Clube do livro* (MILTON, 2002, p. 25).

foi prioritariamente, tornar a leitura um hábito entre a classe média, ou classe média baixa (MILTON, p.27).

Segundo Hallewell, o Clube baseava-se em três princípios: “Texto limpo e anotado, preço barato, entrega em domicílio” (HALLEWELL, 1985, p.498). Os leitores tinham a facilidade de escolher os livros através de catálogos, entretanto, não eram obrigados a aceitar as recomendações feitas pelo Clube (MILTON, p.137). Várias editoras, principalmente as citadas anteriormente, disponibilizaram suas coleções para a venda através do Clube.

A contra capa dos livros do Clube trazia frases e adjetivos enaltecedores sobre as obras e os autores no sentido de valorizá-las e torná-las atraentes. Além disso, as editoras se preocupavam em esclarecer os leitores sobre o significado de palavras mais eruditas ou de origem estrangeira, com notas de rodapé. Outro fato curioso é que havia o interesse não só de disseminar a leitura, mas também de instruir ou educar os leitores sobre hábitos de vida saudáveis. “[...] a melhor forma de difundir esses hábitos seria através dos livros então, por que não unir o esforço de difundir cultura e alimentação saudável por meio de notas de rodapé?” [...] (MILTON, 2002, p.46).

O Clube do Livro procurava atender às exigências do governo, embora as suas publicações não fossem severamente censuradas. Do contrário, algumas de suas obras nunca teriam sido publicadas. Houve inclusive, traduções com notas explicativas criticando autores brasileiros, como no prefácio de *Dois vivos e um morto* de Sigurd Christiansen (1945), publicada ainda durante os anos do Estado Novo.

Embora o Clube do Livro tenha incluído vários clássicos da literatura estrangeira em seu catálogo, algumas dessas obras foram adaptadas para se tornarem viáveis para a venda a um custo baixo. Entre as estratégias estavam a condensação, a reciclagem e a encadernação em papel de baixa qualidade. A condensação se caracterizava por cortes feitos nos textos durante as traduções, a fim de reduzir o número de páginas. O Clube as denominavam de “tradução especial”. Contudo, dependendo da editora não havia uma menção na contra capa de que houvera uma redução do texto original. Um exemplo dado por Milton foi o enunciado na página de rosto do livro *Aventuras de Huck* feito pela Ediouro: “As nossas edições reproduzem *integralmente* os textos originais”, embora o texto tivesse sido “adaptado” do original de Mark Twain, por Herberto Sales (MILTON, 2002, p.94). A reciclagem, por sua vez, constituía-se da modernização de uma outra tradução. Um exemplo foi a obra *Ivanhoé* de Walter Scott publicada em 1943 pelas Edições Cultura e em 1953, pelo Clube do Livro cujas traduções são bem similares à lançada pela Editora Garnier em 1905 (MILTON, 2002, p.125).

A partir dos fatos exemplificados em diferentes sistemas literários, conclui-se que a literatura de obras traduzidas, sofre de diferentes maneiras, interferências positivas e negativas de autoridades que impõem padrões de escritura e de divulgação, com objetivos que variam desde a preservação da cultura local, até a difusão de ideias políticas condizentes com àquelas do governo vigente. Os procedimentos de cortes e ajustes nas obras, assim como a seleção de obras, ocorrem muitas vezes de forma arbitrária. Os tradutores embora aparentemente independentes se vêem subjugados a esses poderes. Essa dependência se apresenta por várias razões, entre elas por uma questão de sobrevivência e em outros casos por ideologia. Assim, se o tradutor depende de uma editora para produzir o seu trabalho passa a incorporar valores, que nem sempre correspondem aos seus. As editoras, por sua vez, passam pelo mesmo processo, mais ainda por interesses econômicos do que ideológicos. Assim, não há literatura traduzida totalmente neutra, livre de influência. A subjetividade do tradutor agregada a fatores externos, que muitas vezes escapam ao seu domínio, têm o poder de transformar textos, como também a finalidade ou a mensagem inicial do autor quando o produziu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSNETT, Susan. *Estudos de tradução*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.

JAMISON, Evelyn Jamison: *Admiral Eugenius of Sicily: His Life and Work*. Oxford:University Press, 1957.

LEFEVERE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Bauru: Edusc, 2007.

MILTON, John. *O Clube do Livro e a tradução*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SIEWIERSKI, Henryk. *História da literatura polonesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VENUTI, Lawrence. *Escândalos da tradução*. São Paulo: EDUSP, 2002.

VENUTI, Lawrence. *Invisibility*. In: *The Translator's Invisibility: a History of*

Translation. London, New York: Routledge, 1995

WYLER, Lia. *Línguas, Poetas e Bacharéis. Uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: ROCCO, 2003.